

Sociedades Científicas, Contexto e Acting-Out. Algumas reflexões*

DANIEL SAMPAIO **

Nota da Redacção:

O artigo do Prof. Daniel Sampaio que agora publicamos foi apresentado sob a forma de comunicação no I Congresso Nacional de Grupanálise, realizado em Lisboa, Maio de 1989. A comunicação provocou o aplauso de uns e as críticas de outros, o que é natural em matéria de controvérsias científicas. Quando o texto nos foi proposto para publicação, sugerimos ao autor que ele fosse distribuído primeiro a várias pessoas com responsabilidades práticas e teóricas no desenvolvimento da Grupanálise em Portugal. Assim, o artigo foi enviado a todos os didatas da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e a vários grupanalistas seniores da mesma Sociedade, sendo-lhes solicitada que procedessem ao comentário público do trabalho do Prof. Daniel Sampaio.

A revista Psicologia não recebeu ainda nenhuma resposta, volvidos que são mais de seis meses. A título pessoal, alguns dos grupanalistas contactados disseram ter chegado a redigir as respostas, mas que tinham finalmente reconsiderado, e achavam que o fórum próprio para semelhante debate seriam as sessões da Sociedade Portuguesa de Grupanálise, de que é membro o próprio Prof. Daniel Sampaio.

Sem outros comentários, aqui publicamos o texto.

* Participação em mesa-redonda sobre «Acting-Out», I Congresso Nacional de Grupanálise, Maio 89.

** Psiquiatra. Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa. Membro titular da Sociedade Portuguesa de Grupanálise.

Numa Sociedade Científica onde há pouco debate científico, como é o caso da nossa Sociedade Portuguesa de Grupanálise, não podem ser desperdiçadas as escassas oportunidades de debate.

A organização desta Mesa-Redonda acabou por me atribuir o terceiro tema, de um lote de três que eu tinha escolhido como mais interessantes para debater convosco... de qualquer forma, embora tendo aceite falar sobre *acting-out*, vou alargar um pouco a minha intervenção. É assim que não irei falar apenas do *acting-out* dos grupanalistas, como talvez esperassem, mas também do *acting-out* dos próprios grupanalistas, tema que considero fundamental para a dinamização e progresso de uma Sociedade Científica como a Sociedade Portuguesa de Grupanálise.

Antes de entrarmos, contudo, no tema do *acting-out*, vou fazer algumas considerações sobre a grupanalise em geral e sobre os seus fundamentos científicos, bem como sobre a sua posição relativa face a outras formas de actuação em Saúde Mental.

Começo por lembrar que este 1.º Congresso Nacional de Grupanálise é uma homenagem justa ao Prof. Eduardo Luís Cortesão, a que me quero associar muito vivamente. A influência do pensamento do Prof. Cortesão no campo da Saúde Mental é extraordinária e vai perdurar durante muito tempo, mas esse reconhecimento profundo que ele nos merece, deve levar-nos a uma reflexão crítica sobre o nosso trabalho, em vez de uma veneração cega e acrítica.

Na verdade, sou contra todas as liturgias — sou ferozmente contra as liturgias institucionais, sou contra as liturgias políticas e também muito contra as liturgias em Sociedades Científicas. E por isso penso que a melhor forma de homenagear uma pessoa que consideramos *é reflectir criticamente* sobre o seu contributo, ampliá-lo de alguma forma, definir algumas linhas divergentes ou algumas linhas complementares. Foi assim que há quase dez anos um grupo de técnicos com formação grupanalítica formou a Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, que hoje tem uma indelével importância no campo da intervenção em Saúde Mental no nosso país. Este movimento da Terapia Familiar foi dificilmente compreendido, embora uma análise mais atenta teria feito compreendê-lo, à luz do que se estava a passar na Sociedade Britânica de Grupanálise (por exemplo).

Cada vez mais no mundo e na Saúde Mental se procuram consensos e modos complementares de trabalho, em todo o conhecimento científico se progride através da confluência de conceitos e da complementariedade de intervenções. É urgente deixarmos de vez as liturgias, acabar com afirmações infantis de que «somos a melhor técnica», para, pelo contrário, procurar formas de intervenção correctas sob o ponto de vista epistemológico e eficazes na sua práxis.

Na grupanalise portuguesa chegámos, sem dúvida, a um ponto de viragem, no qual é essencial fazer uma reflexão profunda sobre os fundamentos grupanalíticos, sobre a posição da grupanalise na instituição de Saúde Mental e acima de tudo — ponto fundamental — sobre as relações grupanalise/psicanálise e grupanalise/teorias e dinâmicas de grupo.

Sem esta reflexão profunda ficaremos cada vez mais orgulhosamente sós, posição que não quero partilhar por nenhuma razão, muito menos por silêncios comprometedores sob ponto de vista de debate científico.

Começamos por analisar as origens da grupanalise. De onde se partiu para este conceito de grupanalise? Podemos considerar que a grupanalise tal como hoje a conceptualizamos, partiu de *dois movimentos fundamentais*:

a) por um lado, temos toda a contribuição da *teoria e prática psicanalítica*. Historicamente, o primeiro grupo terapêutico foi formado pelo americano

Joseph Pratt que em 1905 tratou, em grupo, doentes com tuberculose pulmonar. Este trabalho foi continuado em 1919 por Cody Marsh, talvez a primeira pessoa que reuniu doentes mentais e que procurou tratá-los em grupo. Mais tarde Adolf Meyer, Sigmund Freud e Carl Jung, se bem que não se tenham debruçado directamente sobre a prática terapêutica com grupos, tiveram contribuições relevantes sobre o tema. Mais tarde, houve toda uma série de conceptualizações americanas que foram extremamente importantes na história do movimento da psicoterapia de grupo: Paul Schilder, em 1930, falou da relação grupo/família, Samuel Slavson, em 1948, fundou a Associação Americana de Psicoterapia de Grupo e Alexander Wolf, em 1949, falou pela primeira vez de «psicanálise em grupo» (Kaplan e Sadock, 1983).

b) por outro lado, temos a contribuição da *psicologia social*, de onde se destaca o infelizmente bastante esquecido Kurt Lewin, com a sua dinâmica de grupo no princípio dos anos quarenta; os trabalhos de Carl Rogers, da Gestalt e da análise transaccional; a teoria geral dos Sistemas de Ludwig Von Bertalanffy e as contribuições mais recentes sobre a comunicação humana, de Gregory Bateson e Paul Watzlawick.

A grupanalise em Portugal deriva das conceptualizações de S. H. Foulkes (1964, 1975), reformuladas e ampliadas sobretudo por Eduardo Luis Cortesão (1981).

Este termo grupanalise tem levantado numerosas questões. Foulkes, por exemplo, começou por falar de «grupanalise terapêutica» em 1964, mas em 1975, no seu último livro, volta ao termo inicial de «psicoterapia de grupo de orientação analítica». Estas hesitações de S. H. Foulkes traduzem, afinal, a grande dúvida que constantemente se coloca: a «grupanalise» é de facto uma terapia analítica, no sentido de ser possível estabelecer, no contexto terapêutico, *uma neurose de transferência*, e mais, é possível resolver essa neurose de transferência?

Por outro lado, é muito evidente, quando consultamos textos sobre grupanalise, sobretudo da escola portuguesa, que não são levadas em conta as contribuições da psicologia social e das teorias de grupo e da comunicação atrás referidos. Queremos dizer desde já que essa não utilização das contribuições da dinâmica de grupo se traduz por um empobrecimento teórico da grupanalise. É assim que

não podemos classificar as contribuições provenientes da dinâmica de grupo de «quinquilharias», como tristemente foi feito noutra local do Congresso Nacional de Grupanalise. Na realidade, se chamarmos quinquilharias a todos os estudos sobre os fenómenos grupais, arriscamo-nos a deixar escapar algumas pedras preciosas que lá possam estar.

Passemos, em seguida, um breve relance sobre alguns conceitos fundamentais da grupanalise, começando pelo conceito de *matriz*. Sendo uma ideia importante, quando nos debruçamos sobre este conceito de matriz verificamos que é extraordinariamente difícil de operacionalizar. Se atentarmos na própria definição de matriz, veremos que é um termo pouco claro. Foulkes, por exemplo, fala da «Teia hipotética de comunicação» (Foulkes, 1964), isto é, define o termo usando o adjetivo hipotético, e embora Cortesão tenha feito um grande esforço no sentido de concretizar esta definição de matriz, vemos que não conseguiu completamente os seus objectivos. Diz-nos que a matriz é diferente da rede, «tendo maior diferenciação e maior dinamismo, com conteúdo específico e movimento», comparando a matriz ao conjunto dos vasos sanguíneos com todas as suas trocas metabólicas. Mas quando procura objectivar o conceito, diz-nos novamente que a matriz é a «rede específica de comunicação, de relação e de elaboração...» (Cortesão, 1981).

A extensão deste termo matriz a outros contextos — matriz familiar, matriz social — não tem qualquer especificidade, nem é susceptível de comparação internacional.

Temos insistido particularmente na necessidade de usar o termo «*Sistema*», quando falamos de sistema familiar, sistema social etc. O termo sistema está consagrado internacionalmente, corresponde a uma definição precisa e operacional, está relacionado com uma concepção clara, o que não acontece quando falamos, por exemplo, de «matriz familiar», termo que achamos dever ser abolido rapidamente.

Examinemos agora outro conceito importante, o conceito de *padrão grupanalítico*. Trata-se, de um conceito mais operacional. Está relacionado com a atitude do grupanalista, isto é, com o conjunto de atitudes específicas do grupanalista no contexto terapêutico. Infelizmente, a prática tem demonstrado que também este conceito não é muito claro, sendo frequentemente confundido com o «estilo» próprio do grupanalista. É frequente nos Seminários de Formação falar-se de diferentes «pa-

drões» (!), atraindo as ideias iniciais de Cortesão.

Existem outros conceitos que não abordaremos neste trabalho, como os conceitos de *níveis mutáveis de comunicação* — curiosamente um conceito estreitamente ligado aos processos de grupo... — de *interpretação*, de *per laboração*, de *acting-out*, etc.

Infelizmente não tem sido desenvolvida entre nós a contribuição da teoria geral dos sistemas para o estudo dos fenómenos grupais. A título de exemplo, referiremos o conceito de *homeostasia* e o conceito de *flutuação*, relacionados com o equilíbrio do sistema e com a passagem para outros níveis de equilíbrio numa situação de crise (Sampaio, 1985); o uso da *metáfora* no grupo e os conceitos de *feed-back* positivo e *feed-back* negativo, a que assistimos diariamente nos grupos grupanalíticos.

Quanto ao conceito fundamental de *neurose de transferência*, a confusão é grande. Foulkes falava inicialmente da neurose de transferência *do indivíduo* «reconhecida e analisada no grupo terapêutico» (Foulkes, 1964).

Estaremos todos de acordo com este ponto: quem faz grupanalise sabe que se forma uma neurose de transferência *do indivíduo*, que pode ser trabalhada no contexto grupal. Mais tarde Foulkes (1975) é muito prudente e fala de fenómenos transferenciais, e Cortesão (1981) fala de «uma situação de transferência compartilhada por todos», destacando muito justamente que — frase tão esquecida! — «expressões como transferência grupal, resistência do grupo, neurose de transferência grupal, devem seguir o propósito de indicar o modo e a situação em que uma construtura teórica é tecnicamente aplicada». Mais adiante, contudo, Cortesão fala, sem definir, de «neurose de transferência grupal», termo muito equívoco e que deverá ser abolido urgentemente.

Na situação grupanalítica temos visto indivíduos com os seus processos transferenciais individuais e temos um *contexto* transferencial grupal, onde tudo interage. Não podemos esquecer que existem *fenómenos transferenciais laterais* difíceis de conceptualizar e que tornam pouco claro e pouco operacional falar de «transferência grupal». Na realidade, o conceito de transferência foi criado por Freud para uma situação dual psicanalista/doente, e portanto quando falamos de «transferência grupal» estamos a dar um incorrecto salto epistemológico, um salto no desconhecido, num terreno não operacionalizável. Em síntese, proponho que se fale de *neurose de*

transferência do indivíduo e de contexto transferencial grupal.

Este *contexto grupal* é a tal «quinilharia» com afinal tantas pedras preciosas lá dentro. É um terreno fértil para a investigação grupalítica do futuro, húmus onde cabem — e podem ser desenvolvidas — as noções de *espaço grupalítico, de contexto, dos mitos do grupo, dos paradoxos e desvios comunicacionais, da metáfora* e até da própria *organização e coerência* do grupo.

Qual a situação que hoje se vive na Sociedade Portuguesa de Grupanálise sobre todos estes temas? De um modo sintético, diremos que está muito mal definido o limite entre a grupanálise e a psicanálise. Não basta dizer que a grupanálise é uma psicanálise aplicada, é preciso robustecê-la com um corpo científico de conceitos claros que a definam como entidade autónoma.

Não podemos continuar como até aqui, em que os grupanalistas são como pessoas assustadas, com os cabelos em pé, perante um fantasma terrível que se chama psicanálise, sempre de costas viradas para os fenómenos grupais, como se eles não existissem.

E vamos agora, finalmente, falar um pouco de *acting-out*.

Quando um técnico de saúde mental decide iniciar a sua própria terapia analítica, segue habitualmente duas vias: ou grupanálise ou psicanálise.

No caso que agora nos interessa, que é a situação em que o técnico decide fazer até ao fim a sua grupanálise, acontecem habitualmente três situações:

a) o técnico completa a sua grupanálise, não recorrendo mais a qualquer forma de terapia pessoal;

b) o técnico completa a sua grupanálise e mais tarde retoma o processo grupalítico, numa fase posterior da sua vida.

c) o técnico completa a sua grupanálise e mais tarde vai fazer um movimento curiosíssimo: vai fazer uma psicanálise!

Detenhamo-nos um pouco sobre este último ponto. Na realidade, cada vez mais técnicos muito qualificados da Sociedade Portuguesa de Grupanálise vão a seguir fazer uma psicanálise. Ora queremos deixar bem claro que esta «ida» para a psicanálise está relacionada com duas situações:

• **1.ª situação** — trata-se de uma *desqualificação* da própria grupanálise, dizendo qualquer coisa como isto: «... bem, aquilo que fiz durante sete ou oito

anos não serviu para muito, não estou bem analisado, tenho de fazer agora a verdadeira terapia analítica, a tal pedra preciosa». Ora, de facto, esta situação corresponde a uma desqualificação de si próprios, da Sociedade de Grupanálise e do próprio Prof. Cortesão, que tanto lutou para impor a grupanálise *versus* a psicanálise.

• **2.ª situação** — esta é a hipótese mais curiosa e que discutiremos para terminar. É que estes técnicos *podem estar a fazer um acting-out da sua própria grupanálise*, isto é, depois de terem feito a sua grupanálise pessoal e o seu Curso de Formação, estarão, por razões transferenciais desconhecidas e estranhas para os próprios, a fugir de analisar o que se passa *com o seu grupanalista*, fazendo um *acting-out post-grupanálise*.

Se esta hipótese é correcta, como pensamos, trata-se de um problema que diz respeito a todos nós e à nossa Sociedade Portuguesa de Grupanálise, exigindo um debate profundo sobre todas estas e outras questões.

E é bom não esquecermos que a grupanálise é um excelente método terapêutico, necessitando que não se perca a grande riqueza que existe nos processos grupais. É portanto urgente começarmos a estudar significativamente *o contexto* do processo terapêutico; em vez de estarmos de costas viradas para os processos grupais, deveremos estudá-los em profundidade, de modo a obtermos mais informações sobre o próprio processo grupalítico, a que a contribuição portuguesa já prestou relevantes serviços.

REFERÊNCIAS

- CORTESÃO, E. L. (1981) — *Experiência clínica no tratamento de estados neuróticos e psicóticos com grupanálise e psicoterapia analítica* — Dissertação para provas de agregação - F. C. Médicas, Lisboa.
- FOULKES, S. H. (1964) — *Therapeutic Group Analysis*. Allen e Unwin, London.
- FOULKES, S. H. (1975) — *Group-Analytic Psychotherapy*. Gordon e Breach, London.
- RAPLAN, H.; SADOCK, B. (1983) — *Comprehensive Group Psychotherapy*. Williams e Wilkins, Baltimore.
- SAMPAIO, D. (1985) — *Tentativas de suicídio na adolescência*. Dissertação de Doutoramento à Faculdade de Medicina de Lisboa.

RESUMO

Nesta Comunicação ao I Congresso Nacional de Grupanálise, o Autor historia o movimento grupanalítico, partindo das suas duas origens: a psicanálise e a dinâmica de grupos. Em seguida aborda os conceitos fundamentais da grupanalise, terminando com considerações sobre o acting-out dos próprios grupanalistas, quando estes iniciam mais tarde uma psicanálise.

SUMMARY

Through out this presentation at the Portuguese Congress of Group Analysis, the Author defines the group

analytical movement, coming back to its origins: psychoanalysis and group dynamics. Key concepts of group analysis are also outlined and the paper ends with some comments about the acting-out of the groupanalysts, when they begin a personal psychoanalysis after the group analytical therapy.

Palavras-chave:

Grupanálise - Acting-out - Psicanálise - Contexto.

Key-words:

Group analysis - Acting-out - Psychoanalysis - Context.

Comentário

GUILHERME FERREIRA*

1. Em primeiro lugar, quero aqui exprimir os meus agradecimentos à Revista *Psicologia* e ao Prof. Daniel Sampaio, por me darem, por este meio, a oportunidade de apresentar aqui os meus pontos de vista, em confronto com os seus, permitindo assim a comparação de conceitos e posições, o que, tanto ele, como eu e, estou certo, todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Grupanálise consideram extremamente importante para a sua evolução. É para mim tanto mais agradável fazê-lo quanto se trata de um colega por quem tenho, tanto pessoal como cientificamente, o maior apreço.
2. Um aspecto que queria referir, desde já, é a minha discordância em relação a alguns conceitos básicos, tal como são postos pelo Prof. Daniel Sampaio:
 - a) J. H. Pratt foi, efectivamente, o primeiro psicoterapeuta que, tanto quanto se sabe, fez psi-

coterapia de grupo. Contudo, os seus pontos de vista não se baseavam nas concepções de psicanálise, como o observador menos atento ao texto poderia inferir, ainda que sendo, naturalmente, influenciado por ele. A sua acção assentava em conceitos psicopedagógicos, em que se tentava educar o tuberculoso, com vista a aumentar as suas resistências e evitar a transmissão da doença. Só muito mais tarde, nos anos 30, Luís Wender e Paul Schilder trabalharam com grupos psicoterapêuticos, de inspiração psicanalítica.

- b) Parece-me de elementar justiça citar o nome de Emmanuel Schwartz, ao lado de Alexander Wolf, como grande propugnador do conceito de «Psicanálise em grupos». No entanto, a introdução das denominadas «sessões alternantes», por ele propostas, acabaria por funcionar como limitante daquele conceito, como acabaria por reconhecer Alexander Wolf (1983).

* Presidente da Sociedade Portuguesa de Grupanálise.

- c) Também de particular importância no campo da psicoterapia de grupo de inspiração analítica foram os trabalhos de W. R. Bion, psicanalista kleiniano, que introduziu conceitos, informados pelos pontos de vista desta corrente psicanalítica na psicoterapia de grupo e desenvolveu, nomeadamente, as noções de grupos de trabalho e de pressupostos básicos (Bion, *Experiências em grupos*, 1948-51; e outros trabalhos). Recentemente (1985), Malcolm Pines editou uma colectânea de estudos em que se mostra bem a importância dos conceitos deste autor no campo acima referido.
- d) De entre os movimentos que Daniel Sampaio denomina como de psicologia social, parece-nos que seria de referir os trabalhos de J. L. Moreno, no campo da psicoterapia de grupo, primeiro em Viena de Áustria e, depois, nos EUA, sendo de notar que usou esta técnica desde 1919/20 no tratamento de doenças mentais. As suas atitudes esotéricas e exibicionistas não nos devem fazer esquecer as suas importantíssimas contribuições neste campo. A sua acção parece-nos bem mais relevante que a de Cody Marsh cuja acção nos parece sobrestimada pelos autores americanos e, que não nos parece ser muito mais relevante que a do seu contemporâneo Ozerovtski na URSS, que é citada por Klapman.
- e) Menos importantes no que se refere à psicoterapia de grupo nos parecem os trabalhos de Carl Rogers, oriundos de uma prática individual e cuja evolução e conceptualização teórica nos parece mais uma « reacção » à teoria psicanalítica do que basear-se no desenvolvimento de conceitos próprios, que só mais tarde surgiram e se desenvolveram sempre com relativa dificuldade.
- f) Pelo contrário, não podemos deixar de referir a acção desenvolvida pelo movimento de laboratório, à volta da UCLA, bem como pelas denominadas « novas psicoterapias », que tomaram importância na Europa nos anos 70.
- g) Finalmente, entendemos que se deve dar um relevo muito particular aos conceitos tirados da teoria da comunicação, tal como têm vindo a ser formulados pela escola de Palo Alto, graças à acção de Bateson e Watzlawick, entre

outros. Estes conceitos são aqueles que, em termos de psicologia social, são, em nosso entender, mais afins dos pontos de vista psicanalíticos, a que, aliás, vão buscar parte das suas bases conceptuais, enquanto as restantes são tiradas da teoria de *Gestalt* ou de construção própria.

Em nosso entender, é a teoria da comunicação que, em conjunto com a teoria psicanalítica, como veremos na última parte deste comentário, quando discutirmos a própria essência do trabalho, permitirá explicar os fenómenos que ocorrem no processo grupanalítico.

3. Debruçando-nos, agora, sobre a própria estrutura do trabalho, vamos discutir as noções postas em questão por Daniel Sampaio, que são, respectivamente, as de matriz e padrão grupanalítico, a de neurose de transferência grupal, a importância da dinâmica de grupos em grupanalise e, finalmente, a de *acting-out*.

- a) Não concordamos, de modo algum, com a proposta de Daniel Sampaio de pôr de lado a noção de « matriz grupanalítica », preferindo-lhe o conceito de « sistema », que considera mais operacional.

Em nosso entender, esta substituição não é possível, uma vez que os conceitos de sistema e matriz não são sobreponíveis. A matriz é algo que se encontra no interior do sistema e que o ajuda a caracterizar, sem, contudo, com ele se confundir.

A noção de « matriz » foi, particularmente, estudada por Ruesh e Bateson, que, em 1951, publicaram uma obra, que denominaram *Comunicação: a matriz social da Psiquiatria*. É considerada uma das obras básicas da escola de Palo Alto, ainda que tenha sido publicada antes de Bateson ter ido para ali residir, sendo, portanto, anterior à própria formação da escola. Foi recentemente publicada de novo por Watzlawick, que a considera uma das obras fundamentais jamais publicada em Psiquiatria.

Este conceito influenciou directamente os trabalhos de Foulkes, conforme ele próprio o afirma na sua obra *Psicoterapia de grupo – o enfoque grupanalítico* (o segundo livro que publicou sobre grupanalise) e em *Grupanalise terapêutica* (citado no texto).

Mas, quanto a mim, foi Maria Rita Leal que, com o seu conceito de «matriz relacional interna», veio dar plena compreensibilidade e fundamentação à noção de matriz.

Em trabalho publicado em 1967, M. Rita Leal estabeleceu este conceito, que desenvolveu e aprofundou em posteriores investigações. Segundo ela, todos os indivíduos têm uma matriz relacional interna, que se vai estruturando e desenvolvendo nos diferentes grupos por que ela passa, desde a díada mãe-criança, a família nuclear e a família alargada até aos grupos escolares, profissionais e de lazer, verificando-se, assim, a sua modificação ao longo da vida, ainda que mantendo sempre certos aspectos constantes, até porque as organizações mais precoces são sempre mais importantes que as mais recentes, que as não influenciam. O grupo grupalítico é um local privilegiado para modificar esta matriz relacional interna, através da interacção que se forma no grupo, com as matrizes relacionais internas dos seus restantes elementos, através do denominado «fenómeno do espelho». Quer se considere este como uma entidade autónoma, ligada ao estádio de narcisismo primário, quer ele seja entendido como um somatório de fenómenos, clivagem/introjecção/projecção/identificação projectiva, o facto é que ele permite compreender as modificações que o grupo determina no indivíduo. A matriz grupalítica aparece, assim, como o lugar geométrico das matrizes relacionais internas dos diferentes membros do grupo, no qual a matriz grupalítica do grupalista adquire uma configuração muito especial, que foi formulada e desenvolvida por E. L. Cortesão com a designação de «padrão grupalítico».

O conceito de matriz relacional interna permitiu a M. R. Leal explicar a evolução do indivíduo no grupo, prescindindo da noção de neurose de transferência, através duma soma de processos de regressão, que deve atingir níveis muito arcaicos protoverbais, e de construção, em que deu particular relevo à noção de «teoria do Ego em acção», usada por Foulkes e recorrendo mesmo, eventualmente, a algumas noções complementares, tiradas da teoria comportamentalista e da etologia.

Ainda que não concorde com este último ponto de vista, penso que a noção de matriz rela-

cional interna, tal como a formulou M. R. Leal, permitiu criar um conceito, que explica, clara e coerentemente, a noção de matriz. Contudo ficou por explicar que tipo de entidade é, afinal, a matriz relacional interna, sem se decidir claramente por lhes encontrar uma determinada definição, M. R. Leal parece optar, nos seus últimos trabalhos, que ela seja uma estrutura autónoma, possivelmente inata, de acordo com a caracterização que Hartmann fez destas entidades.

Ora é, precisamente, desta formulação, que E. L. Cortesão parece querer afastar-se, descrevendo a matriz relacional interna como uma simples circunstância do indivíduo, a matriz social, a matriz familiar. O conceito ganha, assim, uma flexibilidade e plasticidade, o que parece perder em clareza e solidez.

De qualquer modo, a noção de matriz constitui, em meu entender, conjuntamente com a de padrão, a base da teoria grupalítica, aquele algo que já foi especificamente construído para ela. Afastar qualquer destes conceitos seria perder em rigor científico e objectividade, seria afastar as construções mais precisas da grupalítica sem se ganhar nada em troca, porque as alternativas propostas seriam caracterizadas por uma maior imprecisão, do ponto de vista tópico, dinâmico e económico.

Quanto à noção de padrão, que, aliás, Daniel Sampaio não põe em causa, ele encontra-se definido com toda a precisão na obra de E. L. Cortesão — *Grupalítica* — Cap. II — págs. 112 a 126, para as quais remeteremos o leitor (nomeadamente para o quadro, na pág. 117).

- b) Expostos os meus pontos principais de divergência com o Prof. Daniel Sampaio, não queria deixar de sublinhar que estou em completo acordo quanto à importância do contexto grupal na situação grupalítica.
- c) Também considero e, neste ponto, estou igualmente perto das concepções expostas por Daniel Sampaio que a denominada neurose de transferência grupal é um fenómeno individual, que, contudo, deve ser definido em relação ao grupalista e ao grupo, isto é, em relação ao padrão e à matriz grupalítica (e não como uma situação em que grupo, considerado na sua globalidade, vai estabelecer uma deter-

minada relação transferencial com o analista). Contudo, não quereria deixar de sublinhar que estas diferentes neuroses de transferência grupais (tomando este conceito na acepção acima exposta) dos membros do grupo se vão necessariamente interinfluenciar, repercutindo-se nesse facto na organização da matriz grupal.

- d) Já não que respeita à afirmação quase explícita que todos os grupalistas que efectuem uma psicanálise, posteriormente à sua grupalização, estão a fazer um *acting-out*, parece-nos que tal ponto de vista é, pelo menos, discutível, quando emitido globalmente, como é feito. Dever-se-ia antes fazer uma análise casuística das situações e, perante ela, poder-se-ia concluir, em cada caso, estar ou não em presença dum *acting-out*, o que admito ser verdade em algumas situações.
4. Para concluir, quereria também sublinhar que estou bastante perto das concepções de Daniel Sampaio, quando ele afirma que a grupalização deve ser concebida como uma entidade específica em relação à psicanálise e não como algo que visa objectivos semelhantes, pois, a ser assim, ou a fecundidade da grupalização se revela inferior e,

nesse caso não é mais que uma psicanálise de segunda qualidade ou, então, é superior àquela e tenderá a ultrapassá-la e substituí-la.

Foulkes, ao definir a sua teoria dinâmica geral, conceito que depois abandonou parcialmente, teve a intuição deste facto. Nos meus últimos trabalhos, tenho procurado mostrar que importantes dimensões da grupalização estão ligadas à teoria da comunicação e que é através da interacção entre as suas concepções e os pontos de vista da psicanálise que, aliás, como demonstraram Cosnier e Wiedlocher, pode ser expressa em termos daquela, que se pode encontrar uma teorização específica da grupalização. Trata-se, com efeito, de teorias que utilizam uma larga base de conceitos comuns, o que portanto permite que cada uma delas se exprima com facilidade em termos da outra. Uma vez que E. L. Cortesão desenvolveu a dimensão psicanalítica da grupalização até às últimas consequências, resta-nos agora complementar esta acção com o desenvolvimento de novos estudos ligados à teoria da comunicação, que nos permite procurar desenvolver os aspectos específicos da grupalização, aliás vocacionada para desempenhar um papel importante num momento em que as técnicas de grupo e as acções sobre a comunidade mostram tendência a desenvolver-se.

Relance sobre o comentário de Guilherme Ferreira

DANIEL SAMPAIO

Fiquei satisfeito com a atenção que a Revista «Psicologia» dedicou ao meu texto acima referido, sugerindo ao Dr. Guilherme Ferreira um comentário. Infelizmente esta prática não é habitual na Revista e por isso esta pequena troca de impressões traduz claramente a importância do tema, pelo menos entre grupalistas.

Quero começar por afirmar que as páginas de Guilherme Ferreira não focam os aspectos fundamentais do meu artigo e que são dois:

1.º A grupalização é uma terapia analítica, no sentido em que *induz* e *resolve* uma neurose de transferência?

2.º A grupalização tem desenvolvido pouco a investigação teórica no campo da dinâmica do grupo e como tal não se tem autonomizado da psicanálise, aparecendo muitas vezes como uma mera aplicação, no grupo, de conceitos psicanalíticos.

A estas questões Guilherme Ferreira não dá resposta, embora de mim se aproxime nas considerações

que faz sobre a neurose de transferência grupal e sobre a autonomia da técnica grupal.

Quanto aos comentários de G. Ferreira, sobre outras questões, parecem-me secundários embora, por exemplo, eu continue a considerar que o termo «matriz familiar» (e só este) não tem razão de existir.

Os dois pontos fundamentais atrás referidos continuam sem resposta e por isso considero que a grupalização em Portugal só sobreviverá como ciência autónoma se a nossa investigação a elas der seguimento. Pela parte que me toca, continuo a considerar que conceitos como neurose de transferência grupal

só levam a confusões epistemológicas e que muitos técnicos vão de facto fazer psicanálise depois da grupalização ou porque desqualificam a sua terapia ou por que lhe resistem, fazendo um *acting-out*.

(Repare-se que Guilherme Ferreira se refere apenas a *uma* destas situações).

Oxalá que este debate que gostosamente travei com o colega Guilherme Ferreira possa sair das páginas de «Psicologia» e contribuir para o desenvolvimento da grupalização, sobretudo depois da morte de Eduardo Luís Cortesão, que por ela tanto lutou.